

# A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E O SERVIÇO SOCIAL: POR QUE PENSAR UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL ANTIRRACISTA?

Giselle Moraes de Souza<sup>1</sup>

Isabel Cristina Lopes Barbosa<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho consiste em breve análise sobre as relações raciais na formação histórica brasileira, a produção acerca da questão étnico-racial no Serviço Social, bem como no exame da imprescindibilidade do debate da questão étnico-racial e das relações raciais no Brasil na formação acadêmica desta categoria profissional. Este estudo teve como campo de pesquisa a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma das principais instituições de ensino, pesquisa e extensão da área no país. Para isto, apontamos um balanço inicial das discussões étnico-raciais no campo do Serviço Social, contribuindo com as pesquisas que vêm sendo produzidas nas últimas duas décadas. Temos como conclusão preliminar que a questão étnico-racial aparece como um apêndice praticamente invisível historicamente em algumas disciplinas do currículo pleno da ESS/UFRJ, mas torna-se imprescindível a inclusão de disciplina obrigatória que trate da questão no currículo pleno do curso da referida universidade.

**Palavras-chave:** Formação profissional; Produção teórica; Relações raciais no Brasil; Serviço Social.

**Abstract:** This work consists of a brief analysis of racial relations in the Brazilian historical formation, the academic researches about the ethnic-racial question in Social Work area, and an exam of the indispensability of the debate about racial and ethnic relations in Brazil for the vocational training of this professional category. This study has the Social Work School of the Federal University of Rio de Janeiro as a fieldwork, that is one of the most important University in teaching, research and extension in the country. For this study, we point out an initial balance of ethnic-racial discussions in the Social Work's area, contributing to the research that has been produced in the last two decades. We have as a preliminary conclusion that the ethnic-racial issue appears as an appendix almost invisible historically in some subjects of the full curriculum of the ESS / UFRJ, but it becomes essential to include a compulsory subject that deals with the issue in the full curriculum of that university's course.

**keywords:** Vocational training; Theoretical production; Racial relations in Brazil; Social Work.

## INTRODUÇÃO

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho tem como objeto de atuação as expressões da “questão social”. Estas derivam da contradição fundamental da sociedade burguesa: a relação capital/trabalho. Enquanto especialização do trabalho coletivo, só pode ser entendida pelas relações sociais historicamente determinadas, as quais produzem necessidades sociais que dão significado à profissão (IAMAMOTO, 2011). Sendo assim, a(o)<sup>3</sup> assistente social tem em sua prática profissional um caráter contraditório, pois atua mediando os interesses das classes sociais antagônicas (GUERRA, 2004), respondendo tanto as necessidades do capitalismo de controle e reprodução da classe trabalhadora quanto às requisições desta última por melhores condições de vida e ampliação de direitos sociais.

---

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Referimos-nos primeiramente ao gênero feminino por conta da composição majoritária de mulheres nesta categoria profissional.

Esta profissão nasce com um caráter conservador, respondendo às demandas das classes dominantes pela manutenção da ordem social e pela reprodução da classe trabalhadora. Surge no Brasil no início do século XX vinculada inicialmente à doutrina da Igreja Católica, tendo o objetivo de ampliar sua influência moral na sociedade capitalista através de práticas de caridade. Há uma aliança entre os interesses da Igreja, do Estado e do empresariado nessas intervenções sobre a classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2011).

Após um longo processo histórico de rompimentos e continuidades, que muitas vezes representavam renovações de práticas conservadoras, esta profissão em meados da década de 1960 na América Latina e da década de 1970 no Brasil, modifica a direção social de sua prática, buscando quebrar a tradição conservadora e construir um projeto ético e político que corresponda aos interesses e valores dos que são alvo de sua atuação: a classe trabalhadora. Para isso, esta categoria profissional se apropria do método materialista histórico e dialético para leitura da realidade e do arsenal teórico alinhado à tradição marxista (NETTO, 2004), para que através destes o profissional possa se posicionar politicamente dentro das instituições em que está inserido e ser capaz de desvelar a realidade em sua totalidade, através de um arcabouço teórico crítico.

Embora a contradição fundamental do modo de produção capitalista seja a mesma em escala global, as diferentes formações históricas estruturam as relações sociais de produção e reprodução deste sistema, atuando muitas vezes como agravantes das contradições inerentes à sociabilidade burguesa. E uma das questões estruturais que sustentam o capitalismo de países pós-coloniais como o Brasil é a questão étnico-racial. Moura (1994) traz uma importante reflexão neste sentido quando mostra como o racismo estrutura não apenas os mecanismos de dominação no período colonial, mas tornou-se fundamental para a dominação de classe no capitalismo periférico brasileiro.

Porém, historicamente houve uma ocultação da questão étnico-racial na sociedade brasileira, baseado no mito da democracia racial<sup>4</sup> sistematizado por Freyre (1933). A negação do debate da questão étnico-racial dificulta o combate ao racismo não somente por ocultar as razões das discriminações raciais, que por conta disso aparecem como discriminações sociais ou culturais, mas por, aliado a isto, implicar dois movimentos complementares: atribuir a incapacidade de mulheres e homens negros à

---

<sup>4</sup> A tese da democracia racial foi sistematizada por Gilberto Freyre na obra *Casa Grande e Senzala*, na qual o autor analisa as relações raciais brasileiras como uma dinâmica harmônica entre os três povos principais que constituíram a sociedade brasileira.

sua condição socioeconômica em um discurso meritocrático, já que, ideologicamente, todos(as) possuem as mesmas condições democráticas de ascender socialmente; E isentar aos(as) brancos – e o Estado – de qualquer responsabilidade pela condição da população negra e da extrema espoliação que esta população sofre em toda a história de formação do Brasil.

A invisibilização da questão étnico-racial e/ou a sua negação foi uma estratégia histórica das classes dominantes brasileiras, tendo inclusive como uma das primeiras ações após a Abolição da escravidão a queima dos arquivos referentes ao regime escravista, seguido de uma construção de historiografia que colocou mulheres e homens negros como sujeitos passivos (HASENBALG; GONZALEZ, 1982). Para uma profissão que em determinado momento assumiu o compromisso ético-político de direcionar sua atuação a classe trabalhadora faz-se necessário transpassar esse mecanismo ideológico histórico para dar conta da realidade em que irá intervir. Pois, segundo Ferreira (2010) quando não nos atentamos para as particularidades da realidade, podemos nas generalizações ocultar elementos fundamentais para compreendê-la.

A(o) assistente social atua sobre as diferentes expressões da “questão social” a fim de mediar viabilizando o acesso aos direitos do usuário, e a população negra é a esfera da sociedade cujos direitos sociais, civis e políticos são constantemente cerceados, perceptível nos índices de desigualdade racial no acesso à saúde e educação (PAIXÃO et. al., 2010), por exemplo, como analisaremos no decorrer do trabalho. Para dar conta das particularidades da “questão social”, principalmente no Brasil, é necessário desvendar as desigualdades sociais em suas características étnico-raciais, relações de gênero, geração e formações regionais, e aliado a isto é extremamente importante reconhecer as diversas resistências desses sujeitos sociais, respeitando-os como sujeitos históricos portadores de conhecimento e escolhas (IAMAMOTO, 2001). Nesse contexto de desigualdade, o profissional de Serviço Social, cujo Código de Ética (CFESS, 1993) lhe atribui a defesa da justiça social e equidade, deve intervir sobre esta realidade através de suas competências técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas. Portanto, conhecer a questão étnico-racial e suas expressões se faz necessário se desejamos constituir uma perspectiva crítica das relações sociais em toda sua multiplicidade.

A imprescindibilidade da discussão racial para a formação da(o) assistente social nos levou a analisar o currículo pleno no curso de Serviço Social da Universidade

Federal do Rio de Janeiro, que explicitou uma lacuna que não sabíamos bem como dar forma ou transformá-la: a ausência de disciplinas que tratassem da questão étnico-racial no Brasil, sabendo que a população negra compõe majoritariamente: 1. O corpo da sociedade que mais sofre com as expressões da “Questão Social” (AMARO, 2005); 2. A massa dos usuários das políticas sociais; 3. A população mais pauperizada do país e 4. A população que mais morre por armas de fogo (vítima da violência) (BRASIL, 2017) e/ou pelo sucateado Sistema Único de Saúde (SUS) (PAIXÃO et. al., 2010). Infelizmente, há um sem número de misérias na qual a mulher ou o homem negro estão à frente na hierarquização racial, e, é sabido, que essa mesma população não lidera esses rankings quando se trata de alto IDH, emprego e renda, moradia, nível de escolaridade ou anos de estudo, entre outros (IPEA, 2011; 2015). O desconforto nos rondou até que no primeiro semestre letivo de 2018, foi ofertada a disciplina “Relações étnico-raciais e de gênero: elementos para pensar a "Questão Social" e Política Social à brasileira” como Núcleo temático I e II, que veio de encontro às nossas inquietudes.

A abordagem da referida questão vai de encontro a uma prática profissional que dê conta das expressões da “questão social” numa sociedade com um modelo de dominação burguesa aristocrática e escravista (FERNANDES, 1976), cuja atuação histórica estatal foi de ao mesmo tempo produção e negação das desigualdades raciais. A disciplina “Relações étnico-raciais e de gênero: elementos para pensar a "Questão Social" e Política Social à brasileira” introduziu a importância da incorporação da questão étnico-racial na formação profissional da(o) assistente social, como arcabouço teórico necessário para uma prática profissional que promova relações sociais democráticas (ROCHA, 2011). Atuando em instituições responsáveis pela efetivação dos direitos sociais muitas vezes como agente privilegiado (SANTOS, 2008), esse desvelamento da realidade por parte da(o) assistente social, quebrando a ideologia ainda dominante da democracia racial e da degeneração e inferioridade étnica e racial, é fundamental para uma prática voltada para a concretização da cidadania. Principalmente se pensarmos que a formação social brasileira culminou em uma democracia em que direitos são considerados privilégios (GUERRA, 2007a) e os rebatimentos que o neoliberalismo e a crise de 2008 tiveram no fortalecimento de uma onda reacionária nesta sociedade (MENEGAT, 2016), a(o) assistente social precisa estar instrumentalizado para atender a parcela da população mais afetada por essas dinâmicas sociais: a população negra.

Os dados demonstram como a pobreza ainda atinge de forma mais expressiva a população negra (GUIMARÃES, 2002). O desenvolvimento do capitalismo periférico brasileiro propiciou uma dominação de classes que manteve a desigualdade do desenvolvimento da sociedade nacional, aprofundando, inclusive, “as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder” (IAMAMOTO, 2010, p. 132). E é sobre esta população que o Serviço Social historicamente intervém.

A questão étnico-racial estrutura as relações sociais, desde a dimensão subjetiva/pessoal dos sujeitos históricos (sentimentos e condutas), interpessoal (ações e omissões) e institucional (material, espiritual e acesso ao poder), ou seja, se encontra espraiado por todos os níveis da vida social (WERNECK, 2016). Este é um grande desafio encontrado pelo profissional que busca intervir sobre a realidade social no intuito de promover a cidadania, seguindo o princípio de não discriminar nem ser discriminado, da equidade e da justiça social (CFESS, 1993). Nas palavras de Roseli Rocha,

A realidade sobre a qual o assistente social se debruça é complexa e multifacetada, o que o leva, a partir de uma perspectiva crítica do conjunto das relações sociais, nas quais a discriminação racial é atravessada por determinantes de classe, de gênero e de geração, a refletir sobre as ferramentas teórico-metodológicas disponíveis para a uma intervenção profissional comprometida com o enfrentamento de todas as formas de opressão e discriminação. (ROCHA, 2011, p. 1)

Assim, embora ainda seja pouco abordada na formação profissional, bem como em pesquisas e produções da categoria, a questão étnico-racial sempre esteve presente no interior das relações de produção e reprodução da vida social e, por consequência, no cotidiano profissional da(o) assistente social. Se tratando de produções teóricas sobre a temática, “mais raras ainda são as produções que, em vez de abordarem a temática étnica pela via cultural, a inserem no debate da profissão” (FERREIRA, 2010, p. 11).

Este artigo pretende examinar a imprescindibilidade do debate da questão étnico-racial e das relações raciais no Brasil ao longo da formação profissional da(o) assistente social, e, principalmente, a inclusão de disciplina obrigatória<sup>5</sup> que trate da questão no currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, respondendo a seguinte questão: Como a questão étnico-racial está situada no currículo pleno da ESS-UFRJ?

---

<sup>5</sup> Como veremos ao longo do trabalho, o currículo pleno da ESS-UFRJ avançou com relação ao debate da questão de gênero no que tange a inclusão de disciplina obrigatória, por isso o trabalho debruça-se com foco maior sobre a questão étnico-racial.

Para viabilizar esta análise, num primeiro momento lançamos mão de levantamento e leitura crítica de material bibliográfico sobre as relações raciais na formação sócio-histórica brasileira, para compreendermos como a questão étnico-racial e a “questão social” - objeto de atuação do Serviço Social - se entrelaçam. Em seguida, analisaremos um pouco sobre como esta categoria profissional tem historicamente se apropriado da questão étnico-racial através de uma análise de sua produção teórica. Para chegarmos num terceiro momento na análise preliminar do currículo pleno da Escola de Serviço Social – UFRJ e estudo de caso dos Núcleos Temáticos I e II - “Relações étnico-raciais e de gênero: elementos para pensar a "Questão Social" e Política Social à brasileira”, primeira disciplina que discute diretamente a questão, que foi ofertada no primeiro semestre letivo de 2018 no curso de Serviço Social. O estudo de caso, nesse momento, foi realizado através de dados colhidos de observação participante, neste caso na condição de estudante.

Importante destacar, que no momento em que o tema nos veio em mente, imaginamos que iríamos inaugurar essa discussão, visto que nos dias de hoje, a ausência de estudos adequados sobre raça e etnia, e as questões relacionadas necessárias para formação profissional é uma realidade na ESS-UFRJ. Porém, quando iniciamos o levantamento bibliográfico, deparamo-nos com produções acerca do assunto em dissertações, teses e artigos. Algumas, inclusive, produzidas e defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRJ). Ora, se o tema já vinha sendo trabalhado, e até o momento não verificamos mudanças significativas, pareceu-nos que é necessário aprofundarmo-nos ainda mais nessa questão, que, aliás, se coloca como um desafio, como observado nas produções de Rocha (2009; 2014), Almeida (2015), Silva Filho (2006) e Ferreira (2010). Sendo assim, podemos dizer que, também, é objetivo deste artigo fortalecer, com qualidade e crítica, a discussão já realizada por profissionais e intelectuais do Serviço Social.

## **RELAÇÕES RACIAIS NA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA**

Os primeiros homens e mulheres negros escravizados chegaram a partir de 1530 para a realização de trabalho escravo de toda sorte, especialmente nos engenhos de açúcar. Nesse contexto, foi fundamental o apoio da Igreja Católica, que não só assistiu – nos dois sentidos da palavra -, como justificou religiosamente a escravidão, que seria

uma forma dos negros africanos livrarem-se da “Maldição de Cam”<sup>6</sup> (BOSSI, 2003). Seguindo uma análise que ideologicamente retira a agência da população negra como sujeitos históricos, equivocaram-se os intelectuais que identificaram os negros escravizados como passivos ou dóceis nesse processo. As expressões de resistência se apresentaram desde a travessia, quando muitos não concluíram o processo diaspórico, “preferindo” a morte a tornar-se escravo. Outros processos de resistência como motins, assassinato de senhores, fugas e organização em quilombos, manutenção da cultura e religiosidade, greves e associações políticas (MOURA, 1988), também foram amplamente abordados por historiadores que se debruçaram sobre a escravidão no Brasil. Essas formas de resistência e de organização dos negros escravizados, somadas a pressão da Inglaterra, e ao “apoio” de alguns abolicionistas negros libertos e/ou nascidos livres e brancos possibilitou a conquista da abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888<sup>7</sup>.

Na “reta final” da escravidão lícita no Brasil, surge outro componente importante nesse contexto e para o processo de transição para o capitalismo: o racismo científico. Moura (1994, p.3) aponta o surgimento da “... ideia de raça como chave da história” com Robert Knox em 1850 no estudo *Races of Men* na Inglaterra e com Arthur Gobineau na França. Os estudos de ambos os autores desembocaram no mito do gênio anglo-saxão e gênio racial ariano, respectivamente. Mais tarde o Darwinismo Social, surgiu como refrigere para as teses de superioridade racial. Este, por sua vez, seguiu na mão de seus precursores, apontando a evolução natural possível apenas por transferência genética e a sobrevivência dos mais aptos.

A antropometria foi outra protagonista importante nesse processo. A produção de estudos de medição de crânio e esqueleto capazes de determinar a inferioridade de um determinado povo/grupo étnico, adaptada ao aspecto racial, serviu para dar paz à

---

<sup>6</sup> Esta justificativa para a escravização utiliza-se de uma passagem bíblica do livro de Gêneses para fundamentar a divisão da humanidade em três raças hierarquicamente posicionadas: o branco, o amarelo e o negro. Segundo o mito bíblico, localizado do nono capítulo do primeiro livro da Bíblia, Noé, após o Dilúvio e já estabelecido em terra firme, se embriaga com vinho e seu filho Cam ao vê-lo naquele estado de consciência, vai ao encontro dos seus irmãos e caça do pai. Ao se estabelecer sóbrio, Noé amaldiçoa os descendentes de seu filho Cam a serem escravizados pelos filhos dos outros dois irmãos. E este mito bíblico justificou a dominação dos europeus sobre os povos e territórios africanos durante grande parte do período colonial (MUNANGA, 2003). Segundo esta lógica, a humanidade seria dividida racialmente pela descendência dos três filhos de Noé: os filhos de Jafé representariam a raça branca, os filhos de Sem a raça amarela e os filhos de Cam a raça negra.

<sup>7</sup> A data hoje é conhecida pelo Movimento Negro como o dia da falsa abolição ou Dia Nacional de Denúncia contra o racismo. Ver <<http://www.palmares.gov.br/archives/45667>> e <<https://www.geledes.org.br/por-que-os-negros-nao-comemoram-o-13-de-maio-dia-da-abolicao-da-escravatura/>>. Acessado em: 15 mar. 2019.

consciência dos escravistas e insumo para ampliação do projeto imperialista (MOURA, 1994), mas não foram suficientes para impedir o fim da escravidão no Brasil como conquista da organização e luta dos homens e mulheres escravizados e consequência de fatores internos e externos (MOURA, 1988).

Badaró (2010), em trabalho sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil, trata a organização e luta dos negros escravizados com lente de aumento e fornece dados importantes para o traço de uma perspectiva ampliada de análise. Para o autor a experiência das lutas das pessoas escravizadas está na gênese da formação da consciência de uma classe trabalhadora, pois

os valores, discursos, e referências culturais que articulam tal consciência, entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classes anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classe – valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da escravidão, quando a luta pela liberdade envolveu contingentes cada vez mais significativos de pessoas (BADARÓ, 2010, p.14).

Mas, com o “fim” da escravidão, também assistimos o abandono de grande parte da população liberta à própria sorte quase como que um resultado da substituição dos projetos de transição regulada e gradual da mão de obra escrava para a livre<sup>8</sup> pelo projeto imigrantista. Este último aliou uma suposta escassez de mão de obra – que se deu em virtude da proibição do tráfico de pessoas – à necessidade de isolamento e eliminação da raça negra considerada inferior, atrasada e prejudicial ao progresso. Nesse sentido, as teses eugenistas importadas da Europa foram bem aproveitadas pela classe branca dominante na cena brasileira da época. O racismo científico serviu como tese que fundamentou o projeto de embranquecimento da população, visto que seus precursores não demoraram em vincular o embranquecimento da população brasileira ao desenvolvimento do país, e o atraso à população negra. Às mulheres e homens libertos, considerados inaptos para a inserção no novo sistema de mão-de-obra livre, coube apenas o papel de “elementos residuais do sistema social” (AZEVEDO, 1987, p. 22). Azevedo salienta ainda que

o máximo que se concedia em termos do destino dos homens nacionais livres e pobres era esperar que no futuro eles se regenerassem de seus defeitos por meio de sua absorção pela população de imigrantes, via miscigenação ou simplesmente exemplo moralizador (AZEVEDO, 1987, p.169).

---

<sup>8</sup> Para vários deles, tratava-se simplesmente de tornar ocupados os “desocupados ou manter ocupados aqueles que se fossem alforriando, de modo a se instituir um controle estrito e cotidiano do Estado sobre suas vidas” (AZEVEDO, 1987, p.47).



Embora as teses de João Batista de Lacerda e Roquete Pinto previssem a extinção de negros e a quase extinção de mestiços (SHWARCZ, 1992 apud PAIXÃO, 2003, p. 70), a população negra segue resistindo e re-existindo cotidianamente as degradações sociais e econômicas da contemporaneidade, representando no último censo de 2010 a parcela majoritária da população brasileira (IBGE, 2011). Após 130 anos da abolição, os indicadores sociais ainda demonstram a situação de desvantagem em que a população negra se encontra na sociedade brasileira, como relata Paixão (2003):

O que esta plêiade de indicadores demonstra é a existência de uma extrema coerência entre dados no seguinte sentido: i) seja qual for o indicador escolhido para analisar as desigualdades raciais, em todos eles os negros encontram-se em uma situação pior que a dos brancos; ii) seja qual for a região do país, os indicadores sociais e demográficos dos negros são menos favoráveis que os indicadores dos brancos; iii) mesmo quando se desagregam estes dados por gênero, o que se vê é que os homens brancos estão em melhor situação que as mulheres brancas, que estão em condições mais favoráveis que os homens negros, que estão em uma situação menos grave que as mulheres negras (PAIXÃO, 2003, p. 80).

A constatação de que a pobreza tem cor e gênero remonta pelo menos quinze anos, se considerarmos a afirmação de Marcelo Paixão, mas o que importa para a nossa reflexão, é que isso significa que as mulheres e os homens negros são os mais solapados pelas expressões do objeto de intervenção da(o) assistente social: A “questão social”. Pode ser perigoso afirmar que a desigualdade racial contemporânea guarda profundas raízes com o período escravocrata brasileiro, porém ao analisar a trajetória do povo negro desde a escravidão aos dias de hoje, é a conclusão que a história nos sugere. No entanto, sob o prisma da “questão social”, alguns autores como Silva (2013, p. 265) entendem que a exclusão social e a luta de homens e mulheres negras escravizados no período colonial, bem como o reconhecimento de uma sociedade em transformação por intelectuais com os quais a autora trabalha, conformam “uma pista metodológica para afirmarmos a existência das raízes latentes da nossa ‘questão social’, ainda na fase colonial de formação da sociedade brasileira”. De certa forma, na mesma corrente, a autora Maria Sylvia de Carvalho Franco (apud AZEVEDO, 1987, p. 27) considera que tanto o trabalho escravo, livre das colônias, quanto os latifúndios das metrópoles não devem ser refletidos sob o prisma da exterioridade, uma vez que remontam processos de um mesmo tempo histórico, sendo assim, “partes constitutivas da essência do sistema capitalista”.

Os indicadores sociais traduzem o cenário em que se encontram mulheres e homens negros na contemporaneidade, perceptível no simples ir e vir do cidadão

comum. Em 2001, a população negra ocupava 7,2% do total de 10% da população brasileira em situação de extrema pobreza (IPEA, 2011), e em 2006 os domicílios chefiados por mulheres ou homens negros respondiam por 70% do total de domicílios que recebiam o Bolsa Família. O último relatório das desigualdades de gênero e raça 1995-2015 (IPEA, 2015) demonstrou que a população negra adulta com 12 anos ou mais de estudo equivale a 50% da população branca nas mesmas condições. Nessa mesma lógica, a taxa de analfabetismo entre as mulheres negras com 15 anos ou mais de idade (10,2%) é quase o dobro das mulheres brancas (4,49%). Esses dados falam por si só, e desmantelam o discurso da meritocracia, utilizado pela elite burguesa para esvaziar o sentido político das ações afirmativas<sup>9</sup>, dos programas de transferência de renda, entre outras políticas sociais que objetivam reduzir as desigualdades raciais e sociais que assolam principalmente a população não branca do país.

Mas o que a questão étnico-racial e de gênero têm a ver com o Serviço Social? De forma simplista, a partir dos índices apresentados sinteticamente, evidenciou-se o componente racial da maior parte da população cingida pelas expressões da “questão social”. Assim, a constatação de que nossos usuários são majoritariamente negros “(...) já seria suficiente para que nos debruçássemos a buscar conhecer os determinantes sociais que constituem essa realidade” (ROCHA, 2014, p.143).

Portanto, acreditamos que não é mais aceitável às instituições de formação profissional abster-se de uma análise interseccional entre classe, gênero e raça e permanecer acreditando que “(...) a raça e as relações raciais são uma espécie de falsa aparência que uma ordem social futura (a sociedade de classes ou o socialismo) deverá eliminar”, ou do contrário estaremos reproduzindo

(...) um modelo abstrato de sociedade industrial (ou de ordem social burguesa) em que tendencialmente o mérito individual no mercado competitivo é o único determinante das chances da vida. (...) O racismo como ideologia e conjunto de prática que se traduzem na subordinação social dos não brancos, é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. A persistência histórica do racismo não deve ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificando interesses do grupo racialmente dominante no presente (SILVA, HASENBALG, 1992, p. 11).

## **O QUE TEMOS PRODUZIDO A RESPEITO?**

---

<sup>9</sup> As políticas de ação afirmativa são um conjunto de ações que visam viabilizar o acesso e permanência de grupos sociais historicamente discriminados aos seus direitos sociais, tais como saúde, educação, trabalho, renda, entre outros, visando intervir sobre as desigualdades sociais que incidem sobre estes grupos (MARQUES JUNIOR, 2017).

Vimos que para garantir uma prática profissional que vá de encontro com o posicionamento ético e político assumido pela profissão na década de 1990 é imprescindível à incorporação do debate racial pela categoria profissional. E diante disto fica a indagação: a que passo anda este debate no interior da profissão? Como ele tem sido inserido no processo de formação do Serviço Social? O que temos produzido a respeito? Não é parte da proposta deste trabalho analisar a qualidade da produção teórica pela profissão, mas elucidar os recursos teóricos disponíveis para nossa formação profissional. Claro que neste processo de formação lançamos mão de diversas fontes das Ciências Sociais, mas o que se tem produzido no interior da profissão demonstra a importância que tem se dado a questão étnico-racial e as reflexões desencadeadas pela categoria profissional.

Seguindo esta linha de inquietação, alguns importantes trabalhos têm sido elaborados para mapear a incorporação do debate racial pelo Serviço Social, pesquisas pioneiras e importantes instrumentos que nos capacitam avançar no debate e a traçar estratégias de atuação. Marques Junior (2013) faz um importante levantamento acerca da produção acadêmica da categoria sobre esta questão. Segundo o autor, que faz uma retrospectiva histórica sobre este debate na profissão, as primeiras teses voltadas a esta questão tem registro do ano de 1989, quando são apresentadas no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), um dos espaços de discussão e reflexões de maior visibilidade dentro da categoria.

O autor aponta este congresso como um marco na discussão racial pelo Serviço Social, quando setores da categoria profissional apresentam as primeiras teses relacionadas à questão. Setores estes que estavam também articulados a mobilizações do movimento negro que, neste período de redemocratização, se inserem no cenário político contestando a lógica da democracia racial e reivindicando a cidadania total da população negra, mobilizações que desembocaram no reconhecimento estatal do racismo brasileiro (PEREIRA, 2010). E isto, junto com as dinâmicas sociais da conjuntura de abertura política, contribuiu para a promoção do debate dentro da categoria. Foram apresentadas duas teses neste congresso: *A questão étnico-racial enquanto elemento de uma prática transformadora*, de Maria José Pereira, Matilde Ribeiro e Suelma Inês Alves de Deus e *O Serviço Social e os bastidores do racismo* de Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant'Ana. Neste primeiro contato da categoria com a discussão, “ambas as teses consideravam que para entender a

exploração de classe era necessário compreender a opressão racial e outras formas de tirania que atravessam a questão da classe” (MARQUES JUNIOR, 2013, p. 4).

No levantamento realizado, o autor demonstra como a incorporação da questão étnico-racial nas reflexões da categoria ocorreu com certa dificuldade e resistência. Nos congressos posteriores, quando o debate não era inexistente, aparecia de maneira minoritária. Muitas discussões que perpassavam a questão étnico-racial não incorporavam este debate, como, por exemplo, uma tese apresentada no congresso de 1992 *As Escolas de Samba enquanto Organizações Populares – Análise do seu potencial político-ideológico*, uma importante análise, mas que não considera essas associações recreativas em suas origens como parte das organizações negras de resistência do início do século XX (MOURA 1983). Discussão esta que já se fazia presente nos meios acadêmicos e militantes neste período histórico, mas que ainda não era apropriado pela categoria.

Em 1995, mesmo ano em que as mobilizações do movimento negro pressionam o Estado brasileiro a reconhecer o racismo no país (PEREIRA, 2010), é criado o eixo temático acerca da questão étnico-racial no CBAS. Apenas a título ilustrativo, das 205 teses apresentadas neste congresso, três abordavam a questão étnico-racial. E isto em um contexto político de racialização dos debates na sociedade brasileira. Mas foram tecidas importantes reflexões neste congresso, como a dificuldade da incorporação do debate das relações de gênero e raciais na profissão, embora a primeira tenha encontrado mais espaço que a segunda – por conta também do perfil hegemônico da categoria em relação ao recorte de gênero. É levantada também a influência do arcabouço teórico para a intervenção profissional, pois a classe trabalhadora não é homogênea e as relações de opressão estruturam as relações sociais estabelecidas na sociedade brasileira.

Vale ressaltar uma reflexão elaborada por Elisabeth Aparecida Pinto na tese apresentada neste congresso *O Serviço Social e a Questão Étnico/Racial: um estudo de sua relação com usuários negros*, onde, dentre outras reflexões, aponta em

[...] pesquisa empreendida sobre o serviço social e sua relação com a clientela negra, donde se conclui que em diversos momentos de sua atuação profissional o assistente social reitera práticas racistas, ademais segundo a autora a percepção da profissão sobre essa questão vai sendo balizada por uma visão ancorada no mito da democracia racial, ou da simples culpabilização do negro a respeito do racismo ou ainda no reducionismo de que a questão de classe resolve por si só (MARQUES JUNIOR, 2013, p. 6).

No IX CBAS, em 1998, as apresentações de trabalho passam a ocorrer também na modalidade comunicação oral e não apenas apresentação de teses. Entre os dois trabalhos sobre a questão étnico-racial dentre os 91 apresentados, faz-se necessário ressaltar a importância do trabalho de Suely Regina Boulos, *Hipertensão: uma doença étnica e social*, que junto à tese de doutorado em Saúde Pública da assistente social Maria Inês Barbosa (1998), foram pioneiros na abordagem da questão étnico-racial como um determinante social em saúde na categoria.

Em 2001, ano da 3ª Conferência Internacional contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas – O Congresso de Dublin, que mobilizou um intenso debate político pelo movimento negro brasileiro desde o final do século XX (MARQUES JUNIOR, 2017) - o X CBAS teve a presença de três trabalhos na modalidade comunicação oral entre os 559 e nenhuma apresentação de pôster entre os 187 (MARQUES JUNIOR, 2013). Se pensarmos no debate de Yamamoto (2011) acerca da importância do acompanhamento das dinâmicas das classes sociais conjuntamente para uma prática profissional crítica, este dado torna-se preocupante. Quanto ao XI CBAS de 2004, foram apresentados nove trabalhos entre os 988.

Embora haja uma constância nos trabalhos acerca das relações raciais nas duas últimas décadas do século XX pela profissão, o autor aponta que neste mesmo recorte temporal não houve nenhuma produção sobre a questão étnico-racial na Revista Serviço Social e Sociedade, um periódico de importante circulação para esta categoria profissional e que possibilita o espraiamento do debate para os profissionais que não estão presentes nesses congressos. Mas com o recorte da primeira década do século XXI até o ano de 2006 dois artigos foram publicados: o primeiro em 2004, *As abordagens étnico-raciais no Serviço Social* de Matilde Ribeiro, e o segundo em 2005, *A Questão Racial na Assistência Social: um debate emergente*, de Sarita Amaro. Na revista Temporalis um artigo foi publicado acerca da questão étnico-racial até o ano de 2008. Esta publicação ocorreu na Temporalis de número 5, em 2003, com o título *A Discussão Ética das Ações Afirmativas: problematizando o Princípio da Igualdade* da autoria de Miriam Oliveira Inácio (FILHO, 2008).

Em relação à produção de livros, até o ano de 2006 foi identificado por Marques Junior (2013) um único livro, *O serviço social e a questão étnico-racial*, de Elisabete Aparecida Pinto, que, segundo o autor, tece uma importante reflexão desta questão na categoria, em sua dimensão teórica e técnica. Mas em relação ao exercício profissional,

a autora tece importantes denúncias sobre práticas antiéticas na profissão, utilizando como exemplo uma assistente social que em 1992 reivindica o direito de ser racista.

Uma autora que contribui de forma significativa neste mapeamento é Roseli Rocha (2011), que realiza uma pesquisa em seu trabalho de conclusão de curso de graduação acerca da produção sobre a questão étnico-racial nos trabalhos de conclusão de curso da Universidade Federal Fluminense (UFF), no curso de Serviço Social. Realizando um recorte temporal do ano da fundação do curso na década de 1940 a 1995, autora encontrou como resultado apenas um trabalho (ROCHA, 2011). Complementando esta pesquisa realizada pela Dr.<sup>a</sup> Roseli Rocha, com um recorte até o ano de 2002, Filho (2008) identificou seis trabalhos sobre as relações raciais, dentre os 1237 existentes.

De acordo com a autora (ROCHA, 2011), a pouca reflexão sobre a questão na formação profissional e nas pesquisas desenvolvidas repercute no exercício profissional. Isto vai de encontro com a necessidade da qualificação teórica e política da(o) assistente social para dar conta de desvelar a realidade em sua imediatividade e aparência, para não cair em uma prática conservadora da ordem. E junto a isto a dimensão investigativa pela pesquisa tem um papel central para realizar a articulação do arcabouço teórico com as particularidades que se apresentam no cotidiano profissional (GUERRA, 2007b).

Levantamos alguns exemplos para elucidar o perfil de produção acadêmica da categoria sobre o debate racial que, embora se mantenha constante, ainda representa uma parcela minoritária das discussões. E diante disto, compartilhamos da inquietação de Marques Junior (2013, p. 9): “Se a intervenção da(o) assistente social fica cada vez mais qualificada na medida em que o mesmo conhece a realidade em que está inserido, o que ocorre quando um eixo que estrutura a nossa vida social é praticamente ignorado?”.

#### **O QUE OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS E AS PRINCIPAIS ENTIDADES DA CATEGORIA TÊM A NOS DIZER?**

O patente compromisso dos instrumentos ético-políticos do Serviço Social com a fundação de uma sociedade sem as marcas e as práticas da exploração seja de raça, etnia, gênero, orientação sexual ou de classe é fato já evidenciado por diversas autoras como Almeida (2013) e Rocha (2014).

A despeito do Código de Ética profissional que orienta o conjunto dos(as) assistentes sociais nos dias atuais desde 1993, esse compromisso está explícito em cinco dos onze itens que compõe os princípios fundamentais do escrito legal.

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993, p 23).

Para se concretizar uma atuação profissional que preconize a atenção a esses princípios, é necessário que a formação esteja alinhada com o Código que orienta a relação teoria e prática profissional. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996<sup>10</sup>, com a qual a instituição está comprometida, mesmo após o reducionismo proposto pelo Conselho Nacional de Educação<sup>11</sup>, prevêem

Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;

A Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país (ABEPSS, 1996, p.7).

A compreensão da totalidade histórica da formação social brasileira também está presente no “núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade

---

<sup>10</sup> A proposta de Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é resultado de um conjunto de ações realizadas entre 1994 e 1996, com objetivo de revisar o Currículo Mínimo de 1982. Esta necessidade foi indicada na Convenção Geral da antiga ABESS em 1993, após as questões apontadas pela “Avaliação da Formação Profissional do Assistente Social Brasileiro Pós-Novo Currículo – avanços e desafios”, realizada pela ABEPSS no período de 1982-1985. (...) Sob a coordenação da ABEPSS, as unidades de ensino, bem como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), realizaram, entre os anos de 1994 e 1996, cerca de duzentas oficinas locais nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABEPSS, 25 oficinas regionais e duas nacionais” (ABEPSS, 1996, p. 58).” A proposta de diretrizes foi submetida ao Conselho Nacional de Educação ainda em 1996, “Entretanto, em 2002, o Conselho Nacional de Educação promulga as diretrizes do curso de Serviço Social, ‘mutilando’ os principais elementos que expressavam a radicalidade dos conteúdos construídos coletivamente pela categoria profissional” (ROCHA, 2014, p. 90-93).

<sup>11</sup> “Assim, defender as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é um compromisso na defesa do projeto ético político profissional, e a ABEPSS se coloca esse desafio, de acompanhar e monitorar a implementação das Diretrizes da entidade juntos aos cursos de Serviço Social e das escolas filiadas a entidade”. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acessado em: 13 mar. 2019.

brasileira” que compõe o tripé dos conteúdos curriculares. A atenção desse núcleo volta-se para

(...) a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996, p.11).

No sentido de provocar ainda mais as instituições de ensino, a ABEPSS aprovou, em dezembro de 2014, ”a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as questões relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. O entendimento dessa necessidade parte da compreensão de que a “questão social” é mediada dialeticamente por tais relações” (ABEPSS, 2016). Talvez por terem entendido que a orientação de “inclusão de ao menos um componente” tenha ficado dispersa e propícia as mais diversas interpretações, em 2016, o Grupo de Trabalho e Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades recomendou

- A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal.
- A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da (o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos.
- O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.
- Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros.
- A promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista-patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico (ABEPSS, 2016).

Essa concisa síntese dos instrumentos ético-políticos evidencia o comprometimento das principais instituições da categoria em lançar esforços objetivando superar as formas de opressão, dominação e discriminação, sobretudo as étnico-raciais, de gênero e orientação sexual. Não obstante, devemos ressaltar que

(...) é preciso superar o hiato ainda existente entre as conquistas já materializadas nas normas e instrumentos legais da profissão – no que se refere à incorporação do tema étnico-racial –, e a sua consolidação na realidade concreta dos processos de formação e de intervenção profissional (ROCHA, 2014, p.122).



## BREVE ANÁLISE DO CURRÍCULO PLENO DA ESS – UFRJ E DA DISCIPLINA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO: ELEMENTOS PARA PENSAR A "QUESTÃO SOCIAL" E POLÍTICA SOCIAL À BRASILEIRA

Em nossa análise inicial do currículo pleno da ESS/UFRJ, mais do que respostas, encontramos perguntas. Fato que demonstra que essa proposta de análise necessita de maior aprofundamento e atenção. Ainda assim, nos lançamos ao desafio de sintetizar os pontos mais axiomáticos e evidenciar a situação da questão étnico-racial no projeto de formação da ESS-UFRJ. Nessa jornada, percebemos transformações significativas no currículo pleno através das grades curriculares disponibilizadas no site da Pró-Reitoria de Graduação – PR1. Embora o currículo pleno<sup>12</sup> vigente no tempo presente desta análise seja o objeto desse artigo, faremos uma breve digressão partindo dos “currículos anteriores”<sup>13</sup> de forma a traçar o percurso temporal da questão étnico-racial e de gênero nestes currículos, de modo que nos permita estabelecer paralelos entre ambas.

Na grade curricular que orientou a formação de 1983/1<sup>14</sup> a 1993/2 não se fazia menção a palavra gênero, no entanto havia uma disciplina obrigatória de título *Antropologia Cultural*, na qual descrição constava “o problema do etnocentrismo e a pesquisa de campo e a etnografia como método de fazer teoria em Antropologia”, e na disciplina *Formação Social Econômica e Política do Brasil* um dos objetivos era refletir sobre “a sociedade colonial escravista, o Estado do Brasil e o sistema mercantilista português e a sociedade mercantil escravista”. Já no currículo de 1994/1 a 2001/1, a questão de gênero passou a ser abordada em disciplina optativa intitulada *Relações de Gênero e Serviço Social* com quatro créditos e sessenta horas de carga horária teórica. No campo da questão étnico-racial, tudo se manteve. No entanto nos chamou atenção à inclusão da disciplina optativa intitulada *Processo de Formação de Identidade e Serviço*

---

<sup>12</sup> A grade curricular não guarda diferenças no que tange ao conteúdo e carga horária entre os cursos oferecidos no horário diurno e noturno. A diferença se restringe ao tempo de integralização do curso: diurno – mínimo de oito semestres letivos e noturno – mínimo de dez semestres letivos. Isso deve à diferença de horas disponíveis para as aulas no período matutino e noturno. Nesse sentido a análise realizada se aplica aos dois turnos.

<sup>13</sup> Através do Site da PR1, é possível acessar o banco de grades curriculares dos cursos oferecidos pela UFRJ. No caso do Serviço Social estão disponíveis as seguintes grades curriculares: 1983/1 a 1993/2, 1994/1 a 2001/1, 2001/2 a 2008/1 e 2008/2 a 9999/9 (vigente). Nesse caso, vamos tratar as grades curriculares dos períodos de 1983/1 a 1993/2, 1994/1 a 2001/1 como “currículos”, uma vez que as grades curriculares, via de regra, refletem o currículo pleno.

<sup>14</sup> Sinalizamos o semestre do referido ano acrescentando os numerais 1 (quando relacionado ao primeiro semestre) ou 2 (quanto ao segundo semestre).

*Social*. Visto que são comuns análises sobre a questão étnico-racial pela perspectiva única da identidade, existe a possibilidade de ter sido abordado algum viés da questão étnico-racial no ementário da disciplina<sup>15</sup>.

A questão de gênero foi promovida a disciplina obrigatória cinco anos após a conclusão da última revisão das diretrizes curriculares. A disciplina *A Questão de Gênero no Brasil* com a seguinte ementa: “As teorias sobre gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero no Brasil contemporâneo e expressões da ‘questão social’” passou a compor o currículo obrigatório de 2001/2 a 2008/1. A questão étnico-racial não logrou a mesma relevância, seguindo minimizada a qualquer tópico que parecesse abranger a questão. Com a mesma carga horária e créditos, incluiu-se a disciplina *Identidades Culturais e Serviço Social no Brasil* emendada com a seguinte descrição: “Identidade e diversidade cultural. Alteridade e cidadania. O mito da democracia racial. Identidade cultural, mudanças sociais e tradição. Subjetividade e identidade cultural, universalismo e particularismo”. Além disso, suprimiu-se do currículo pleno as disciplinas *Formação Social Econômica e Política do Brasil* na qual se abordava a sociedade colonial escravista e a sociedade mercantil escravista; E a disciplina *Antropologia Cultural* que abordava a etnografia, conforme mencionamos anteriormente. A referida disciplina guardou equivalência com a nova disciplina *Economia do Brasil contemporâneo e Serviço Social*, que por sua vez não incorporou essa etapa da história brasileira conforme definição da ementa. Nesse momento da análise, colocamos uma pergunta: Porque esse conteúdo foi suprimido das disciplinas como nos sugerem as ementas? Da mesma forma a disciplina *Antropologia Cultural* guardou equivalência com a disciplina *Antropologia Social e Serviço Social* que pela nova descrição não manteve o debate sobre a etnografia.

Com relação à alteração da grade curricular de 2001/2 a 2008/1 para a que vige até o momento desde 2008/2, o aumento da carga horária de quarenta para sessenta horas teóricas nessas duas disciplinas é o que importa saber para essa análise, conforme texto de apresentação do currículo pleno.

Ressaltamos as mudanças relevantes para esse estudo e nesse sentido concluímos que a questão étnico-racial está pensada no currículo pleno, na disciplina de *Identidades Culturais e Serviço Social*, resumida ao “mito da democracia racial”

---

<sup>15</sup> A descrição da disciplina Processo de Formação de Identidade e Serviço Social e Relações de Gênero e Serviço Social não estão disponíveis no site da PR1, diferentemente das outras disciplinas destacadas neste trabalho.

diferente da questão de gênero, devidamente trabalhada em disciplina obrigatória específica para este fim. Esse fato nos sugere a aproximação do currículo ao conceito de raça como cultura conforme nos sugeriu Gilberto Freyre (1933), intelectual central no estabelecimento de uma (falsa) democracia racial no Brasil. Desse modo,

com vistas ao fortalecimento do projeto ético-político profissional, esse debate precisa, sobretudo, ser tratado pelo Serviço Social sob a perspectiva da construção de outra sociabilidade, que passa, sem dúvida, pelo campo da cultura, mas também pelas relações econômicas, políticas, sociais, regionais, ambientais. É nessa direção que o estudo sobre temas como o etnocentrismo deve ser tratado. Não como mais um elemento histórico e cultural das relações sociais de um povo ou povos, mas, sobretudo, como um fenômeno constituinte de relações de opressão e dominação, que, no caso brasileiro, manifesta-se através do pensamento hegemônico eurocêntrico que, historicamente, constrói e mantém relações de discriminação e desigualdades raciais (ROCHA, 2014, p.121).

No entanto, a disciplina *Relações étnico-raciais e de gênero: Elementos para pensar a "questão social" e política social à brasileira* apresenta outras perspectivas de análise da questão étnico-racial e as relações raciais no Brasil. Ofertada pela primeira vez em 2018/1, como núcleo temático e com carga horária de trinta horas de carga horária teórica e trinta horas de carga horária prática, propôs a reflexão em torno de conceitos fundamentais para a compreensão da questão étnico-racial, com o seguinte ementário:

Trabalho e “questão social” nos marcos do capital. Relações étnico-raciais e de gênero na formação social, política e econômica do Brasil: “questão social” à brasileira. Particularidades do Brasil na emergência da Política Social no pós-abolição. Política Social e Serviço Social: a relevância do debate étnico-racial e de gênero para a intervenção profissional no âmbito da Seguridade Social (UFRJ, 2018).

É a materialização de disciplina de cunho obrigatório – salvo ajuste no sentido de ampliação da carga horária teórica – que entendemos como necessária e urgente no currículo pleno não só da ESS-UFRJ, como de todas as instituições de ensino comprometidas em forjar uma sociedade em que a etnia, raça ou gênero não sejam sinônimos de exclusões e injustiças sociais. Compromisso, esse, traduzido nos objetivos da disciplina que buscou “apresentar subsídios para a discussão acerca da “questão social” no Brasil a partir das relações raciais e de gênero aqui peculiarmente constituídas” (UFRJ, 2018).

Através da observação participante, enquanto estudantes da disciplina realizamos os seguintes apontamentos: 1. O desconhecimento da bibliografia que trata de raça e relações raciais pela maioria dos alunos, que majoritariamente são produções bibliográficas clássicas e fundamentais para o estudo da questão étnico-racial; 2. A

predominância de mulheres e homens negros como discentes, que nos sugere algo que pretendemos analisar com mais aprofundamento e 3. Diferente de como a questão étnico-racial está situada no curso de Serviço Social, discutiram-se os fundamentos das relações raciais no Brasil desde a Colônia, os conceitos de raça, a contemporaneidade da questão étnico-racial, de modo que viabilizaram-se o exercício da reflexão e do debate crítico mediado entre os conceitos fundamentais tanto para o Serviço Social quanto para a questão étnico-racial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma vez inserido nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, o profissional do Serviço Social tende a, pelo próprio caráter imediatista, heterogêneo e superficial do cotidiano profissional (NETTO, 2007), reproduzir práticas sociais presentes na sociedade, que não necessariamente representam valores progressistas com os quais compactuamos em nosso projeto ético-político profissional. Principalmente se pensarmos que a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante (MARX, 1999), visões preconceituosas podem e são reproduzidas no cotidiano. Assim, a prática cotidiana tende a ser pragmática se não embasada por uma reflexão crítica, superando essas barreiras do cotidiano e trazendo o singular para o particular e a totalidade da vida social.

Práticas racistas se fizeram presentes desde a gênese do Serviço Social, seja por resposta a demandas institucionais e da classe dominante para controle da classe trabalhadora, ou da reprodução da ideologia dominante, pois “a ideologia racial predominante no Brasil é, naturalmente, parte essencial da ideologia da classe dominante” (IANNI, 2004, p. 266). E o mito da democracia racial faz parte desta ideologia racial dominante, o que nos leva inclusive a questionar sua relação com a escassa produção teórica sobre a questão étnico-racial na categoria, como questiona Roseli Rocha:

Poderíamos assim nos perguntar: Seria o mito da democracia racial, que ainda está tão fortemente presente no imaginário social brasileiro, um fator a ser considerado em nossas análises acerca da ausência ou pouca produção acerca da temática étnico-racial no âmbito do Serviço Social? Seria este um elemento importante para justificar a dificuldade de incorporação da categoria raça/cor nas pesquisas realizadas pelos(as) pesquisadores(as) em Serviço Social? Seria esta a razão para as lacunas existentes acerca do quesito raça/cor em formulários e/ou fichas sociais utilizados como instrumento de trabalho nos diversos espaços sócio-ocupacionais? Seria esta a resposta para que a questão étnico-racial ainda não tenha sido apropriada como uma

mediação importante para uma apreensão crítica das relações de opressão e exploração da classe trabalhadora? (ROCHA, 2014, p. 145-146).

A partir do momento em que esta categoria profissional no processo de intenção de ruptura se posiciona politicamente ao lado da classe trabalhadora comprometendo-se a uma atuação socialmente referenciada aos interesses desta classe, a quebra com práticas racistas e o combate às desigualdades raciais torna-se uma questão ética e política. Para responder às demandas da classe trabalhadora é preciso conhecer sua realidade concreta.

Para Netto (2007) uma intervenção crítica no cotidiano profissional não decorre automaticamente do posicionamento político da categoria ao lado da classe trabalhadora, mas da incorporação de um arsenal teórico-metodológico que nos capacite a esta prática social. No contrário, esbarramos em uma perspectiva fatalista ou messiânica, como também abordou Iamamoto (2011) acerca da prática profissional. E mesmo estando capacitados teórica e politicamente, é necessário constantemente realizar uma crítica da vida cotidiana (NETTO, 2007), através de instrumentos e técnicas profissionais, como a sistematização e a pesquisa, retroalimentando a conexão entre o concreto e o pensado.

Em uma estrutura de classes com um forte marcador racial que se alia a superexploração de um capitalismo inserido periféricamente na divisão internacional do trabalho, a promoção da cidadania e a luta pela implementação dos direitos sociais garantidos constitucionalmente torna-se uma importante frente de luta, seja no interior do aparelho do Estado ou nas ruas. Mas essa atuação progressista só se faz possível pela análise crítica da realidade social, para, a partir disto, sermos capazes de traduzir as possibilidades históricas em alternativas profissionais (IAMAMOTO, 2011).

Durante o processo histórico que culminou neste posicionamento desta categoria profissional ao lado da classe trabalhadora, a incorporação do arsenal teórico e metodológico marxista representou a ruptura com perspectivas conservadoras na profissional, a elaboração de um Código de Ética com princípios progressistas – como mencionamos em tópicos anteriores – e diretrizes curriculares que orientassem a formação profissional neste sentido. Porém, Roseli Rocha (2014) realizando uma leitura baseada na análise de Iamamoto (2001) sobre a história da profissão, levanta questões importantes que surgem nesse processo, como a apropriação enviesada do marxismo através da leitura de outros autores sobre as obras de Marx, o que resultou em uma incorporação eclética de sua teoria e método, misturando o marxismo com positivismo

ou estruturalismo. Embora com o desenvolvimento desta aproximação da categoria com o marxismo tenhamos uma incorporação mais qualificada, podem ainda haver barreiras próprias deste processo.

Assim, poderíamos questionar se não seria essa a influência do “marxismo vulgar”, uma possível razão pela qual há, ainda hoje, uma baixa produção acerca da temática étnico-racial no âmbito do Serviço Social, pois acreditamos que para escapar de leituras reducionistas acerca da realidade social, esta não pode ser apreendida em sua totalidade sem a apropriação das diversas mediações que a determina, dentre elas, a questão étnico-racial (ROCHA, 2014, p. 147).

Avanços consideráveis foram alcançados na incorporação e produção acadêmica sobre a questão étnico-racial na categoria desde o VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1989, mas esta ainda é minoritária frente a uma realidade em que as contradições das expressões da “questão social” rebatem de maneira intensificada sobre a população negra. A realidade concreta demanda da categoria profissional do Serviço Social uma atuação mais qualificada sobre a questão étnico-racial, essencial para a compreensão da condição de vida da população negra brasileira (SOUZA, 2014). Precisamos ainda superar a perspectiva de que as questões que acometem a população negra se limitam e podem ser explicados apenas pelo debate da classe, pois “[...] o preconceito racial não se confunde com o de classe. Se confundisse, não teríamos as atitudes e comportamento discriminatório entre indivíduos pertencentes à mesma classe” (IANNI, 2004, p.66).

Promover a incorporação deste debate no interior da categoria instrumentaliza estes profissionais para uma atuação de combate às desigualdades dentro das políticas sociais – o racismo institucional -, para atuação nas políticas de ação afirmativas, para a implementação da Lei 10.639<sup>16</sup> (BRASIL, 2003) nas instituições sociais e na própria formação da(o) assistente social, para a articulação com os movimentos negros e populares na construção destas políticas – seja políticas sociais ou de ação afirmativa -, e enfim, para a consolidação de um projeto profissional que busque contribuir na construção de um novo projeto de sociedade.

Em relação à formação profissional no curso de Serviço Social da UFRJ, a presença de um núcleo temático, tal como foi construído o objeto do nosso estudo de caso, simboliza mais um compromisso individual por parte de algumas(alguns) professoras(es), do que um compromisso institucional, pois via de regra, os núcleos

---

<sup>16</sup> Trata da obrigatoriedade da inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos das instituições de ensino brasileiras.

temáticos são definidos a partir de propostas apresentadas pelos docentes aos seus respectivos departamentos, e submetidas à avaliação e aprovação por um conjunto de instâncias da universidade. Importante mencionar que o objetivo do núcleo temático é ampliar debates já existentes no currículo, que em tese, é o caso da questão étnico-racial, ou trazer “novas questões” ausentes nas disciplinas obrigatórias.

De acordo com Rocha (2014, p. 164), observada a maturidade das diretrizes curriculares e das legislações que já declararam a obrigatoriedade e/ou orientaram a inserção dos estudos da questão étnico-racial, inclusive nos cursos de graduação, “não se justifica, portanto, a não incorporação desse tema nas disciplinas de caráter obrigatório”. Ao passo que não deve estar circunscrito a uma disciplina optativa, tampouco a uma disciplina organizada em um núcleo temático – que apesar de obrigatório, por dois semestres, no currículo pleno da ESS-UFRJ, possui caráter temporário e extremamente diverso – pelos seguintes motivos: Em primeiro lugar, uma vez que os núcleos temáticos possuem temas variados e não são permanentes, assim como no caso das disciplinas optativas, não é possível garantir que será cursado por todas(os) futuras(os) profissionais; Em segundo, sua abrangência é limitada, uma vez que, tem uma limitação de vinte alunos de graduação por turma, podendo comportar ou não alunos de pós-graduação e representantes de movimentos sociais; E por terceiro, tem o objetivo de articular ensino, pesquisa e extensão a partir do estágio, podendo ter em sua composição laboratórios, seminários, entre outros, sujeito a incorrer numa abordagem teórica superficial da questão; e quarto, os avançados períodos<sup>17</sup> em que está situado, assim como a disciplina que trata da questão de gênero (UFRJ, 2008, p. 22).

Concluindo nossas análises preliminares, percebemos que muito se avançou com relação à questão de gênero, da qual a compreensão, também, é tão cara para a leitura (e ação) da realidade social. Por motivos que ainda pretendemos investigar, a questão étnico-racial não teve a mesma atenção, mesmo estando expresso no currículo pleno – referenciado pelo Código de Ética – a “garantia do pluralismo e opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (UFRJ, 2008, p. 7). Sem embargo, acreditamos que tem sido percorrido pela ESS-UFRJ um caminho, apesar de moroso, em direção à oferta de uma formação alinhada com as diretrizes curriculares de 1996 e o Código de Ética, no que tange a questão étnico-racial e a eliminação das formas de

---

<sup>17</sup> Nos 6º e 7º períodos para o curso diurno, e 7º e 8º períodos para o curso noturno.

discriminação e opressão por raça ou etnia. Contudo, para que esse compromisso se concretize é necessário que todo o corpo de profissionais lancem-se a esse desafio para, por conseguinte, traduzir-se em ações institucionais refletidas no currículo pleno da instituição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em:

<[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>.

Acesso em: 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**. Notícias. Publicado em 10 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressao-de-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ALMEIDA, Magali, S. **Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física**. In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados á atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Brasília: **Temporalis**, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

AMARO, S. A questão racial na Assistência Social: Um debate emergente. **Serviço Social e Sociedade**, n. 81. São Paulo: Cortez, 2005.

AZEVEDO, Célia Maria M. **Onda Negra, Medo Branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



BADARÓ, Marcelo M. **Recuando no tempo e avançando na análise**: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: GOLDMACHER, Marcela [et. al.] (orgs.) Faces do trabalho: escravizados e livres. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.

BARBOSA, Maria inês da Silva. **Racismo e Saúde**. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acessado em: 01 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Boletim Epidemiológico**: Indicadores de Vigilância em Saúde descritos segundo a variável raça/cor, Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. v. 48, n. 4, 2017.

CFESS. **Código de Ética profissional do Assistente Social/1993 e Lei 8.662/1993**. Brasília, 1993.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social** (Brasil, 1936-1947). Dissertação – Mestrado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2010.

FILHO, José Barbosa da Silva. **O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

\_\_\_\_\_. **O negro e o curso de Serviço Social da UFF.** Revista África e Africanidades, Quissamã, ano I, n. 2, ago. 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schimidt, 1933.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha:** Estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, nº10, p. 12-45, 2004.

\_\_\_\_\_. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, nº 91. São Paulo: Cortez, 2007a.

\_\_\_\_\_. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CRESS. Palestra proferida no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, BH, maio, 2007b.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos Alfredo; GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro.** Coleção dois pontos. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e formação profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no serviço social:** ensaios críticos. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 4 ed. Brasília: Ipea, 2011.

\_\_\_\_\_. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: 1995 a 2015**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2015.

MARQUES JUNIOR, J. S. Questão racial e Serviço Social: um olhar sobre sua produção teórica antes e depois de Durban. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2013.

\_\_\_\_\_. Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Brasil: elementos para uma reflexão inicial no Serviço Social. **O Social em Questão**, ano XX, nº 37, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MENEGAT, Marildo. **O fim da gestão da barbárie**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://arlindenor.com/2016/01/06/o-fim-da-gestao-da-barbarie-marildo-menegat>>. Acessado em: 20 fev. 2019.

MOURA, Clóvis. **Organizações negras**. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). São Paulo: O povo em movimento. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1983.

\_\_\_\_\_. **Rebeliões da Senzala**. 4. Ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. **O racismo como arma ideológica de dominação**. 34 ed., ago-out, 1994. Disponível em:

<[https://www.dropbox.com/s/78q2kt8n8anz9ww/O\\_racismo\\_como\\_arma\\_ideologica\\_d\\_e\\_dominacao\\_Clovis\\_Moura\\_.pdf?dl=0](https://www.dropbox.com/s/78q2kt8n8anz9ww/O_racismo_como_arma_ideologica_d_e_dominacao_Clovis_Moura_.pdf?dl=0)>. Acessado em: 2 fev. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. Rio de Janeiro, 2003.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da vida cotidiana.** In: BRANT, M. Do C. B. de; NETTO, J. P. (orgs.). Cotidiano: conhecimento e crítica. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_; ROSSETO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L. M (Orgs). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010:** Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Instituto de Economia – UFRJ. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2010.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”:** a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: Serviço Social & Sociedade, n. 99, set. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Questão Étnico-racial e sua relevância no processo de formação em Serviço Social.** XI Congresso Luso Abro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (des)Igualdades. Bahia: UFBA, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social:** avanços e desafios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SANTOS, M. F. Análise da prática institucional. **Revista Novo Enfoque**, v. 7, n. 7, set. 2008.

SILVA, I. M. F. da. Questão social e serviço social na formação sócio-histórica brasileira. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 261-278, jan./jun. 2013. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3035/4139>>. Acessado em: 05 dez. 2018.

SILVA, Nelson do V. HASENBALG, Carlos A. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1992.

SOUZA, Mário Luiz de. Racismo como instrumento epistemológico e político para o entendimento da situação da população negra na sociedade brasileira. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 12. Rio de Janeiro, nov. 2013 – fev. 2014. p. 06-19.

UFRJ. **Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social**. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <[http://docs.wixstatic.com/ugd/add274\\_36a09e2e15f5400daaa97b8ce24eddc2.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/add274_36a09e2e15f5400daaa97b8ce24eddc2.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Grade Curricular do Curso de Graduação em Serviço Social**. Rio de Janeiro. Anos: 1983, 1994, 2001 e 2008. Disponível em: <https://www.siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/ListaCursos.html>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ementa do Núcleo Temático: Relações étnico-raciais e de gênero: elementos pensar a "Questão Social" e Política Social à brasileira**. Rio de Janeiro: 2018.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016.